

PENSAMIENTO ILUSTRADO E CRÍTICA DA DESTRUIÇÃO FLORESTAL NO BRASIL COLONIAL

PÁGS.: 152-163

José Augusto Pádua*

El artículo discute el surgimiento de una crítica sistemática de la destrucción de los bosques en la obra de algunos intelectuales que actuaron en Brasil a finales del siglo XVIII. Esa crítica fundamentada en las nuevas teorías económicas y científicas que surgieron en el contexto de la Ilustración Europea –como la Fisiocracia, la “Economía de la Naturaleza” y la “Teoría del Desecamiento”– condenó las mentalidades y prácticas dominantes en la economía colonial, considerando que la devastación de los bosques y de otros recursos naturales era consecuencia de su atraso social y tecnológico.

Palabras clave: Brasil, historia ambiental, economía colonial, bosques, Ilustración.

O artigo discute o aparecimento de uma crítica sistemática da destruição das florestas na obra de alguns intelectuais que atuaram no Brasil no final do século XVIII. Essa crítica, fundamentada nas novas teorias econômicas e científicas que surgiram no contexto da Ilustração Européia –como a Fisiocracia, a “Economia da Natureza” e a “Teoria do Dessecamento”– condenou as mentalidades e práticas dominantes na economia colonial, considerando que a devastação das florestas e de outros recursos naturais era consequência do seu atraso social e tecnológico.

Palavras chave: Brasil, história ambiental, economia colonial, florestas, ilustração.

The article discuss the appearance of a systematic criticism of forest destruction in the work of some intellectuals that acted in Brazil at the end of the 18th century. These critics, schooled in the new economic and scientific theories that emerge in the context of European Iluminism –like Physiocracy, “Nature’s Economy” and “Desiccation Theory”– condemned the mentalities and practices dominant in the colonial economy, considering that the destruction of forests and other natural resources was a consequence of its social and technological backwardness.

Key words: Brasil, environmental history, colonial economy, forests, enlightenment.

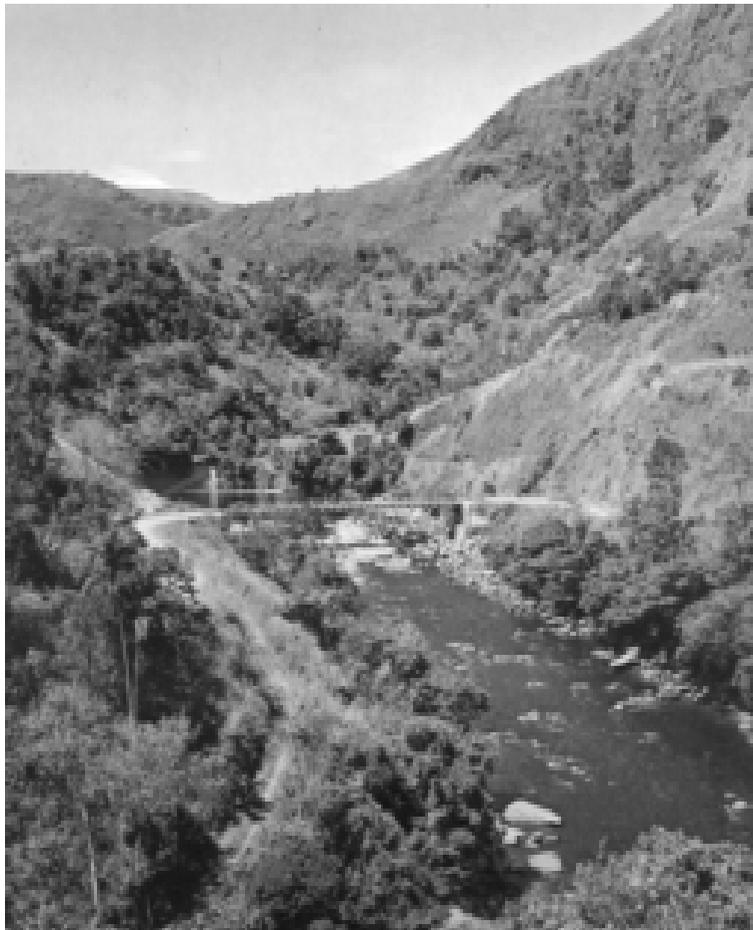
ORIGINAL RECIBIDO: 26-XI-2004 – ACEPTADO: 01-II-2005

* Profesor del Departamento de Historia, Universidad Federal de Río de Janeiro e investigador visitante del Centro de Estudios Brasileiros, Universidad de Oxford. E-mail: jpadua@terra.com.br

Já é tempo de se atentar nestas preciosas matas

Em 1799, na sua “Memória sobre a Capitania de Minas Gerais”, o mineralogista José Vieira Couto procurou apontar possíveis soluções para a crise econômica vivida por aquela região do sudeste brasileiro, tendo em vista a decadência do notável ciclo de extração de ouro e diamantes que marcou profundamente a sua paisagem e vida social no século anterior. Em determinado momento de sua reflexão, podemos ler as seguintes palavras: “Já é tempo de se atentar nestas preciosas matas, nestas amenas selvas, que o cultivador do Brasil, com o machado em uma mão e o tição em outra, ameaça-as de total incêndio e desolação. Uma agricultura bárbara, ao mesmo tempo muito dispendiosa, tem sido a causa deste geral abrasamento. O agricultor olha ao redor de si para duas ou mais léguas de matas como para um nada, e ainda não as tem bem reduzido a cinzas já estende ao longe a vista para levar a destruição a outras partes. Não conserva apego nem amor ao território que cultivava, pois conhece mui bem que ele talvez não chegará a seus filhos” (Couto, 1848 [1799]: 319).

É provável que a primeira reação do leitor contemporâneo diante deste documento seja de profunda surpresa. Agora que a Mata Atlântica foi quase totalmente destruída, restando apenas cerca de 7% da sua cobertura original, grande parte da opinião pública brasileira considera que “já é tempo de se atentar nestas preciosas matas”.



Río Magdalena; puente entre San Agustín y José de Isnos.
El Río Grande de la Magdalena, E. Acevedo Latorre

Poucos imaginam, no entanto, que há mais de dois séculos algumas vozes estavam se levantando para defender esta mesma necessidade.

Não se trata, por certo, de estabelecer uma identidade simples e abstrata entre o discurso ambientalista contemporâneo e as preocu-

pações de um naturalista ilustrado setecentista com o destino das florestas. Não reconhecer as enormes diferenças de contexto cultural, ideológico e sócio-econômico entre o final do século XVIII e o início do século XXI implicaria em um inaceitável anacronismo. Mas seria igualmente errôneo, ao meu ver, não investigar os possíveis vínculos históricos entre ambas as realidades.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que se está abordando o processo de formação de uma sociedade e de um território que, não obstante as importantes transformações e rupturas sofridas ao longo do tempo, apresenta um grau considerável de continuidade geográfica e sociológica. Mais ainda, pode-se argumentar que no processo de formação da economia colonial no Brasil constituiu-se um certo modelo de ocupação do território, e de relacionamento com as grandes florestas existentes na sua paisagem, que em grande parte continua a ser atualizado no presente. Algumas das práticas que observamos nas atuais fronteiras de destruição florestal na Amazônia –como é o caso da própria tecnologia das queimadas– replicam e atualizam práticas que historiografia ambiental vem reconstituindo através do estudo das antigas fronteiras de destruição florestal na Mata Atlântica (Dean, 1998).

Em segundo lugar, no que se refere à história das idéias, existe uma importante pergunta sobre a gênese da crítica da destruição do mundo natural, e mais especificamente das florestas, no universo da modernidade ocidental. A historiografia mais recente parece estar indicando que precisamos associar essa gênese com a dinâmica cultural da modernidade em um sentido mais amplo do que antes se supunha. Ela não está relacionada apenas com as conseqüências da grande transformação urbano-industrial, que começou na Europa no final do século XVIII, mas também com uma série de outros processos macro-históricos que, em parte, foram anteriores. Entre estes processos, pode-se destacar a expansão colonial européia e a incorporação de vastas regiões do planeta a uma economia-mundo sob a sua dominação, inclusive biomas e ecossistemas que não faziam parte da sua

experiência histórica anterior. Um outro marco essencial, indissociável dessa expansão, foi a consolidação da ciência como um modo privilegiado de entendimento do mundo.

Tudo isso configurou uma cena internacional profundamente transformada em suas estruturas e paisagens, inclusive no aspecto subjetivo. A implantação de esquemas massivos de exploração do mundo natural nas Américas, na Ásia e na África, em benefício da economia européia, tiveram um impacto ecológico que só agora começa a ser avaliado em toda a sua extensão (Crosby, 1986; Turner, 1986). Por outro lado, o nascimento da proposta de uma ciência natural e de uma geografia universais –cuja realização, ou pelo menos a pretensão, não pode ser dissociada da expansão planetária dos europeus, em termos culturais e econômicos– facilitou a identi-

ficação reflexiva desses impactos e, em alguns pensadores, alimentou o surgimento de uma postura crítica diante dos mesmos.

É importante, nesse ponto, estabelecer uma conexão entre o texto de Vieira Couto, e de outros autores brasileiros que mencionarei adiante, e as investigações inovadoras que vem sendo realizadas por Richard Grove, sobre as origens da crítica ambiental moderna. Segundo esses trabalhos, elaborados com base em uma vasta documentação primária, o início de uma percepção mais intensa e abrangente da problemática ambiental, especialmente a partir do século XVIII, não se deu propriamente no contexto europeu, mas sim no das colônias tropicais européias. Pois, Grove afirmou que em certas regiões, como a ilha Mauritius (no Oceano Índico) e algumas ilhas do Caribe, assim como, mais tarde, em partes da Índia,



*Vapor por
el río Magdalena
hacia el puerto de
La Dorada.
El Río Grande
de la Magdalena,
E. Acevedo Latorre*

dia e da África a percepção da destrutividade ambiental adquiriu força entre cientistas e administradores coloniais dos séculos XVIII e XIX. A brutalidade e rapidez dos processos de transformação econômica da natureza nessas regiões produziram uma degradação ambiental mais evidente do que na Europa, onde a modificação da paisagem, e o próprio desflorestamento, estaria ocorrendo de maneira mais diluída, se bem que não homogênea, ao longo de vários milênios. Tal visibilidade, além disso, teria sido facilitada pelo contraste entre a velocidade da dinâmica destrutiva e o ambiente natural dos trópicos – complexo, frágil e pouco familiar aos olhos dos europeus (Grove, 1995).

A percepção destas paisagens de degradação no mundo colonial, por certo, não se deu de maneira automática e “objetiva”, requerendo também uma disposição subjetiva,

de uma fundamentação teórica para o olhar crítico diante da destruição do mundo natural. Esta fundamentação, segundo Grove, estaria relacionada com certas correntes intelectuais emergentes na cultura europeia Ilustrada que valorizaram e defenderam a unidade e a importância sistêmica dos diferentes elementos da natureza. Foi o caso da doutrina econômica Fisiocrática e da idéia do “Sistema da Natureza” de Lieneu, Buffon e Humboldt.

O caso brasileiro, no entanto, apresenta elementos próprios dentro deste quadro comparativo. Nos exemplos analisados por Grove, a problemática ambiental era pensada e enfrentada por intelectuais e administradores oriundos das metrópoles colonizadoras, geralmente funcionários das próprias companhias de comércio e dos governos coloniais. Sua intenção, portanto, era buscar uma maior perfeição e

permanência para o próprio empreendimento colonial. No Brasil, ao contrário, ela foi discutida por indivíduos nascidos no país, membros da elite política e intelectual local que, apesar de educados na Europa, queriam um desenvolvimento autônomo para a região de onde provinham. Alguns destes personagens, inclusive, utilizaram o tema da destruição ambiental como argumento de crítica ao colonialismo e de defesa da independência. A motivação política, desta forma, foi bastante diversa, apesar das influências teóricas serem semelhantes àquelas detectadas por Grove em outros espaços coloniais (Pádua, 2002).

De toda forma, o texto citado no início do presente artigo fornece elementos importantes para pensar no nascimento da crítica da destruição do mundo natural na história do pensamento brasileiro.



Vapor ascendiendo por el río.
El Río Grande de la Magdalena,
E. Acevedo Latorre

Problemas de erosión en el río Magdalena (cercañas de Honda). El Río Grande de la Magdalena, E. Acevedo Latorre



O aparecimento de uma reflexão sistemática sobre a necessidade de conservar as florestas existentes no território do país, por exemplo, data exatamente do final do século XVIII, quando alguns intelectuais, com base nas novas teorias difundidas na Europa sobre a importância dos bosques para a saúde biológica e climática do território —e conseqüentemente da sua capacidade de produção econômica— começaram a condenar duramente a devastação provocada pela economia colonial. Ao dizer que “já é tempo de se atentar nestas preciosas matas”, o mineralogista de Minas Gerais estava diferenciando-se criticamente de um passado no qual elas haviam sido tratadas como se fossem um “nada”. O objeto mais direto de condenação era a agricultura de corte e queima, que vivia da fertilidade provisória gerada pelas cinzas das árvores calcinadas. Um segundo foco de crítica, profundamente relacionado com o primeiro, foi o caráter instável e nômade desta agricultura, já que o domínio do método das queimadas

forçava um avanço descontrolado da fronteira de destruição florestal. Como os terrenos abertos pelo fogo degradavam-se após alguns anos de uso, tendo que ser abandonados, o colonizador não desenvolvia “apego” e “amor” pelo território cultivado. Seu olhar estava sempre voltado para o horizonte, direcionado pelo movimento de “levar a destruição a outras partes”.

Para os intelectuais que começaram a criticar esta dinâmica, como foi o caso de Vieira Couto, o padrão predatório de ocupação da terra era uma herança do passado colonial. Ele fazia parte do arcaísmo social, econômico e tecnológico que caracterizava a sociedade brasileira. A continua aniquilação das “produções naturais” do território, como então se dizia, não era entendida como um “preço do progresso”, ao estilo da visão hoje dominante, mas sim como um “preço do atraso”, uma conseqüência da continuidade de práticas rotineiras estabelecidas nos primórdios da colonização.

E assim vão continuando na destruição dos bosques

Este tipo de percepção crítica representava uma novidade marcante no contexto do Brasil colonial. O tema das florestas, por certo, não era novo. A convivência com a Mata Atlântica, especialmente, marcou a formação da América Portuguesa desde os seus primeiros momentos. No começo do século XVI, quando os europeus chegaram pela primeira vez ao atual território brasileiro, o tamanho da massa verde que cobria o litoral atlântico do nordeste ao sul do país, podendo penetrar de 100 a 500 quilômetros no interior, devia estar em torno de 130 milhões de hectares. A floresta era onipresente. O olhar inaugural da Carta de Pero Vaz de Caminha, em 1500, já estabelecia que “a estender os olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos” (Caminha, 1968 [1500]: 93).

O espanto inicial, porém, transformou-se posteriormente em uma

avaliação bastante ambígua do significado desta floresta, ou mais acertadamente deste mosaico de florestas tropicais litorâneas. É verdade que as riquezas da natureza tropical foram saudadas por escritores leigos e eclesiásticos ao longo de todo o período colonial. Mas na maioria dos casos este discurso elogioso não se dirigiu à totalidade da Mata Atlântica, preferindo destacar alguns elementos marcantes da sua fauna e flora. Papagaios, macacos, cajus e maracujás, para não falar de árvores isoladas como o Pau-Brasil, receberam mais atenção do que a floresta como um todo. Mesmo nos casos de leitura positiva do conjunto da paisagem, a presença dos bons ares e das águas puras receberam primazia em relação às matas. Até pelo fato de corresponderem mais diretamente aos sinais de saúde e perfeição presentes nos relatos bíblicos e na literatura médica da antiguidade mediterrânea, que tanto influenciaram os escritores pós-renascentistas europeus nos trópicos coloniais (Holanda, 1959 e Assunção, 2001).

Esta tendência, por certo, não pode ser considerada absoluta. O jesuíta Simão de Vasconcellos, por exemplo, destacou entre os elementos que indicavam a natureza paradisíaca do território brasileiro a presença de “matas imensas, glória e coroa de todo o arvoredo do universo” (Vasconcellos, 1977 [1668]: 79). Mas o fato é que a visão geral da Mata Atlântica no Brasil colônia, especialmente no cotidiano da produção e do assentamento, aproximou-se bem mais da imagem difundida em 1711 por outro jesuíta, André João Antonil, em seu “Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas”.

Na obra de Antonil, ao menos indiretamente, a floresta não foi vista como uma glória, mas sim como um grande estorvo. Isto fica claro na seguinte passagem, que apresentou a fórmula mais sintética e sugestiva da agricultura predatória vigente no período colonial: “feita a escolha da melhor terra para a cana, roça-se, queima-se, alimpa-se, tirando-lhe tudo o que podia servir de obstáculo” (Antonil, 1976 [1711]: 112). A Mata Atlântica, em toda a sua diversidade, não era mais do que um obstáculo para o avanço da cana.

Este tipo de leitura refletiu a percepção dos agentes da economia colonial, para quem a presença da floresta, efetivamente, era um problema prático do dia a dia. E mais ainda, para quem a abertura continua da fronteira, através das queimadas, representava a maneira mais fácil e barata de avançar na produção agrícola. É preciso reconhecer, aliás, que tal visão era perfeitamente racional do ponto de vista do imediatismo econômico, especialmente se levarmos em conta que a Mata Atlântica aparecia, aos olhos dos colonizadores, como um oceano verde sem limites. O mito da natureza inesgotável, neste sentido, favoreceu a consolidação de métodos descuidados e extensivos de produção rural. O próprio Antonil adotou este ponto de vista, ao reconhecer, por um lado, que as fomalhas dos engenhos eram “bocas verdadeiramente tragadoras de matos”, mas por outro que “só o Brasil, com a imensidade de matos que tem, podia faltar, como faltou por tantos anos, e faltarão nos tempos vindouros a quantas fomalhas quanto são as que contam” (*Ibid*: 115).

O nascimento de uma crítica sistemática deste tipo de visão requereu o aparecimento de novos enfoques teóricos, que valorizassem a presença das florestas na paisagem e, ao mesmo tempo, reconhecessem a possibilidade do seu esgotamento. No mundo lusobrasileiro, este estilo de pensamento possui uma origem bastante precisa. Em 1772, a Universidade de Coimbra passou por uma importante reforma, que teve por objetivo aproximá-la das novas correntes de filosofia natural e economia política que estavam em pleno desenvolvimento na Europa. Para participar desta reforma, o naturalista italiano Domenico Vandelli estabeleceu-se em Portugal, onde difundiu a “economia da natureza” de Lineu, Buffon e Duhamel de Monceau, associada às teses da escola econômica Fisiocrata sobre a valorização dos recursos primários. Para setores importantes da elite política portuguesa, este esforço de reforma acadêmica tinha um claro sentido econômico. Um melhor conhecimento da natureza, especialmente nas ricas regiões coloniais, serviria para gerar avanços produtivos, inclusive com a descoberta de novas técnicas que promovessem maior eficiência e menos destrutividade no uso dos recursos naturais.

O contexto científico e político da época, efetivamente, era favorável às demandas por uma relação mais cuidadosa com as florestas. A chamada “teoria do dessecação”, desenvolvida nos séculos XVII e XVIII por acadêmicos ingleses e franceses, relacionava a destruição da vegetação nativa com a redução da umidade, das chuvas e dos mananciais

de água, gerando prejuízos concretos para a economia rural (Grove, 1995: 153-165). As novas pesquisas sobre agronomia, por outro lado, defendiam a importância da conservação dos bosques como meio para evitar a erosão e empobrecimento dos solos. Ao passo que as novas técnicas de silvicultura estavam demonstrando que era possível extrair madeiras de forma inteligente e não destrutiva, preservando a base florestal através do manejo e do reflorestamento. Este último ponto, aliás, tornou-se muito sensível na política europeia do final do XVIII. Com o avanço dos conflitos militares que seguiram à Revolução Francesa, as diferentes potências europeias preocuparam-se com a garantia do suprimento de madeira para os seus navios de guerra, estabelecendo políticas e legislações que buscavam conter a destruição das matas nos espaços metropolitanos e coloniais.

Foi neste contexto histórico que um grupo de estudantes brasileiros, do qual fazia parte José Vieira Couto, aproximou-se de Vandelli e, com base no novo instrumental teórico que estava emergindo, começou a formular uma série de críticas bastante duras ao caráter rudimentar e ambientalmente destrutivo da economia colonial. Um tema que se tornou objeto de debates regulares na Universidade de Coimbra e na Academia Real das Ciências de Lisboa, criada em 1779. É importante ter em mente que as críticas formuladas por este grupo de intelectuais estavam firmemente embasadas no ideário cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista do Iluminismo e, mais especificamente, do chamado “Iluminismo Luso-Brasileiro”. A natureza não era defendida pelo seu valor estético ou espiritual, ao estilo da tradição romântica, mas sim por seu valor po-

lítico e econômico. A destruição e desperdício das produções naturais eram condenados como um crime histórico, na medida em que privava o país de recursos essenciais para o seu progresso futuro. É interessante observar, aliás, que este enfoque dominou a crítica ambiental brasileira até o final do século XIX (Pádua, 2002). Ao contrário dos países como os Estados Unidos e a Inglaterra –onde intelectuais ligados à cultura romântica formularam críticas concretas, ou mesmo inspiraram movimentos, em favor da conservação do mundo natural (Fox, 1981 e Wiener, 1981)– os artistas e escritores ligados ao romantismo brasileiro, que tanto se valeram da natureza como recurso estético, muito raramente se posicionaram contra a destruição ambiental concreta que estava ocorrendo no Brasil. Quem assumiu esta tarefa crítica, de maneira bastante firme e ousada, foi uma linha-



*Invierno a orillas del Magdalena.
“La tala de árboles de las riberas acabó con la navegación y multiplicó las inundaciones”
El Río Grande de la Magdalena,
E. Acevedo Latorre*

gem de intelectuais ilustrados, para os quais o mundo natural era visto como uma riqueza objetiva que deveria ser racionalmente utilizada e conservada.

Em 1789, por exemplo, Domenico Vandelli descreveu da seguinte forma o caráter predatório da agricultura colonial brasileira (lembrando que ele nunca esteve no Brasil, que conhecia apenas através das observações de seus alunos): “vai-se estendendo a agricultura nas bordas dos rios no interior do país, mas isso com um método que com o tempo será muito prejudicial. Porque consiste em queimar antiqüíssimos bosques cujas madeiras, pela facilidade de transporte pelos rios, seriam muito úteis para a construção de navios, ou para a tinturaria, ou para os marceneiros. Queimados estes bosques, semeiam por dois ou três anos, enquanto dura a fertilidade produzida pelas

cinzas, a qual diminuída deixam inculco este terreno e queimam outros bosques. E assim vão continuando na destruição dos bosques nas vizinhanças dos rios” (Vandelli, 1990 [1789a]: 131). Em outro texto, publicado no mesmo ano, ele adicionou um outro elemento importante, que hoje talvez chamaríamos de “perda de biodiversidade”: “entre as plantas das conquistas existem muitas desconhecidas dos botânicos, principalmente árvores de muita utilidade, ou para a construção de navios, casas e trastes, ou para a tinturaria. Porém no Brasil muitas delas com o tempo se farão raras e dificultoso o seu transporte” (Vandelli, 1990 [1789b]: 147).

Como se observa, os argumentos em favor da defesa das matas eram essencialmente pragmáticos. A queima indiscriminada das árvores estava inviabilizando o seu uso econômico mais amplo, além de

abortar a continuidade da investigação científica sobre os seus usos potenciais. Vandelli começou a denunciar, por outro lado, a maneira pela qual esta conjugação de tecnologias predatórias e relações sociais atrasadas, principalmente a vigência do escravismo, estavam impedindo o real progresso da colônia: “o trabalho de toda a agricultura é encarregado aos escravos pretos, não havendo branco algum que se digne ser lavrador, principal causa porque no Brasil nunca poderá ter grande aumento a agricultura” (Vandelli, 1990 [1789a]: 130).

Os melhoramentos da economia rústica

Com o retorno dos ex-alunos brasileiros de Vandelli para diferentes regiões do país, a apresentação literária desta crítica ganhou um teor mais dramático, embebido da



Problemas de la erosión por la tala de bosques en el río Magdalena. El Río Grande de la Magdalena, E. Acevedo Latorre

experiência concreta de reencontro com a rude realidade da terra natal. Este ponto merece ser ressaltado. Os críticos da destruição florestal no final do Brasil colônia não podem ser entendidos apenas através das correntes teóricas por eles estudadas durante seus anos de formação universitária na Europa. A vivência concreta da paisagem e das práticas produtivas vigentes no Brasil, marcadas pelo constante e intenso desflorestamento, propiciou uma rica diversidade de experiências e oportunidades de elaboração crítica. Em todas as situações, porém, eles se consideravam portadores de um saber científico ilustrado, que tinha por missão racionalizar e modernizar a economia brasileira. A palavra “ignorância” vai aparecer constantemente nos escritos destes autores, confrontando o saber dos ilustrados com o tosco empirismo das práticas produtivas coloniais. É importante lembrar, neste sentido, que apesar do debate sobre a independência do Brasil ser ainda marginal, ganhando mais força apenas na segunda década do século XIX, a tese de que o país precisava de uma dinâmica muito mais intensa de progresso e autonomia, mantida a união política com Portugal, era consensual na visão daquele grupo. A vigência da rotina destrutiva representava um grande obstáculo para o avanço deste projeto.

Em outra parte da “Memória” já mencionada, por exemplo, Vieira Couto procurou argumentar que a destruição das matas estava impedindo o renascimento da mineração em sua capitania. O esperado desenvolvimento da fundição de ferro, que necessitava de madeira para construção, carvão e lenha, estava tornando-se inviável pelo

distanciamento das reservas florestais disponíveis. O autor havia observado “camadas de excelente ferro” que “jamais virão a ser úteis a ninguém pela distância da lenha”. Sua proposta emergencial, diante deste quadro, era proibir a derrubada da totalidade dos bosques nos arredores dos povoados e da metade dos que estivessem em lugares distantes (Couto, 1848 [1799]: 320).

Escrevendo na mesma Minas Gerais de 1799, José Gregório de Moraes Navarro, em seu “Discurso sobre o Melhoramento da Economia Rústica no Brasil”, chamava atenção para outra grave consequência do desmatamento. Segundo o testemunho do autor, fazendas e povoações estavam sendo abandonadas por conta da degradação ambiental (um tema ainda muito pouco estudado pela historiografia brasileira). Vários dos assentamentos criados pelos colonizadores haviam-se transformado em “corpos desanimados”, já que os “lavradores circunvizinhos, que por meio da agricultura lhes forneciam os gêneros de primeira necessidade, depois de reduzirem a cinza todas as árvores, depois de privarem a terra da sua mais vigorosa substância, a deixaram coberta de sapé e samambaia, e abandonando as suas casas com todos os seus engenhos, oficinas e abegoarias, se foram estabelecer em novos terrenos”. A solução para este problema, na visão de Navarro, passava por uma renovação tecnológica da economia rural centrada em três medidas: a introdução do arado, para recuperar o solo abandonado nos arredores das povoações e conter o avanço da fronteira na direção das florestas; a reforma das fornalhas,

para reduzir o desperdício de lenha; e a conservação das matas, com o estabelecimento de reservas florestais e o incentivo ao plantio de árvores (Navarro, 1799: 11).

Dez anos antes, escrevendo de Ilhéus, na Bahia, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá falava de um país “pela maior parte ainda coberto de espessas matas, que seus habitantes procuram diariamente destruir, só com a pequena utilidade de uma até quatro plantações, sem contudo aproveitarem as preciosas madeiras de construção, tinturaria e machetaria que elas contêm”. Com a queima permanente das árvores, somado ao fato de que “ainda não consta que se tenha plantado um só pé das necessárias à construção e à combustão diária”, a perspectiva era que “em um dado tempo vir-se-ão a consumir todas as preciosas espécies de madeiras que possuímos”. O autor defendia a necessidade de uma intervenção política mais firme para enfrentar a destruição de tantos recursos úteis e valiosos: “creio que interessará muito ao estado expedir não ordens meramente, porque algumas já as tem expedido, se bem que sem proveito, mas ministros que vigiem e regulem o corte das madeiras indistintamente, obrigando os proprietários dos terrenos marítimos a conservar ilesas as de construção. E também obrigar a plantá-las e reproduzi-las, para deste modo terem um número determinado das ditas espécies” (Sá, 1990 [1789]: 258-259)

Anos mais tarde, o governo português tentou acatar este conselho. Alguns personagens da elite política metropolitana, especialmente Rodrigo de Sousa Coutinho,



Paralelo al río Magdalena se abren “comunicaciones al Atlántico” a través de la selva (el Carare, Santander). El Río Grande de la Magdalena, E. Acevedo Latorre

ministro da Marinha e do Ultramar entre 1796 e 1801, compartilhavam o debate ilustrado sobre a necessidade modernizar as práticas produtivas e evitar a destruição das florestas brasileiras. Em 1800, através de uma carta escrita para o próprio Ferreira da Câmara –quando este último viajou ao Brasil para cuidar dos negócios da sua família e, anos depois, assumir a posição de Intendente Geral das Minas e Diamantes em Minas Gerais e Serro do Frio– o ministro recomendou que seu protegido tivesse sempre presente, como “princípio de eterna verdade”, o fato de que “Minas e Bosques necessitam de ser regulados por princípios científicos, em que se ache calculada a sua utilidade geral, e não abandonados aos interesses dos particulares que, nestes casos, e só neles, podem contrariar a pública utilidade, formando uma notável exceção aos princípios da economia política” (Coutinho,

1800). Ou seja, a tese de Adam Smith, no sentido de que a promoção dos interesses particulares, promovia também o interesse coletivo –que ganhava força teórica e política na Europa–, possuía uma clara exceção no caso da extração dos recursos minerais e florestais, que deviam ser regulados pelo poder público, em conformidade com normas científicas que evitassem a sua destruição.

Entre 1797 e 1799, por iniciativa de Sousa Coutinho, a coroa portuguesa enviou cartas régias para os governadores de algumas capitanias brasileiras, estabelecendo normas para o uso das florestas litorâneas. Este tipo de iniciativa não era totalmente inédita. Desde o século XVII, regimentos e determinações haviam sido enviados no sentido de regular a extração florestal e, principalmente, garantir o suprimento de maneiras nobres para

os usos do estado (gerando a expressão “madeiras de lei”). A legislação promovida por Sousa Coutinho, no entanto, possuía uma abrangência e grau de detalhamento bem mais profundo. Ela visava “tomar todas as precauções para a conservação das matas no estado do Brasil”, evitando que as mesmas “se arruinem e destruam”. O alvo principal das cartas, assinadas pela Rainha, era “a indiscreta e desordenada ambição dos habitantes, que com o pretexto das suas lavouras tem assolado e destruído preciosas matas a ferro e fogo”. As medidas concretas a serem tomadas incluíam a determinação de considerar propriedade exclusiva da coroa todas as matas e arvoredos localizados ao longo da costa marítima ou nas margens dos rios navegáveis que desembocassem no mar. Essas áreas não poderiam ser doadas como sesmarias, e aquelas que já o haviam sido deveriam ser

retomadas pela coroa, indenizando-se os proprietários com terras no interior. Além disso, desde o momento da promulgação das cartas, os proprietários ficavam obrigados a conservar as madeiras reais, devendo os “incendiários e destruidores das matas” sofrer severas penas (Souza, 1934: 23)

Para garantir o cumprimento destas medidas na região de Ilhéus, considerada estratégica pela qualidade das suas matas e proximidade com os estaleiros de Salvador, Sousa Coutinho designou um membro proeminente da comunidade de intelectuais ilustrados luso-brasileiros, o jurista baiano Baltasar da Silva Lisboa, que foi nomeado “ouvidor e juiz conservador das matas da Comarca de Ilhéus”. Ao chegar na região em 1797, com grande disposição intelectual e política, ele procurou estabelecer áreas de reserva florestal, fiscalizar desmatamentos e organizar de maneira mais cuidadosa as atividades de extração direta de madeira para o estado português (os chamados “Cortes Reais”). Tais procedimentos lhe valeram uma dura oposição por parte de agentes da economia local, especialmente dos plantadores de mandioca e cortadores de madeira. O governador da Bahia, Fernando José de Portugal, diante das reclamações, inclusive por parte de Câmaras Municipais, vacilou no apoio ao funcionário da coroa. O governador temia que as medidas de conservação florestal prejudicassem o abastecimento de farinha de mandioca em Salvador, gerando carestia e instabilidade política. Silva Lisboa definiu a situação como sendo de “incerteza dos meios de conservar as matas, querendo-se ao mesmo tempo que

se fizessem derrubadas e queimadas para a plantação da mandioca”.

Ao argumentar contra os interesses locais, que queriam barrar o estabelecimento das medidas de proteção florestal, o juiz conservador defendeu com eloquência a primazia do interesse público sobre os interesses particulares. Segundo ele, o estado possuía o direito, em nome do bem geral, de “firmar uma impenetrável barreira à ambição indiscreta dos colonos, que não queriam cultivar sem destruir”. Este poder derivava, inclusive, de antigas leis portuguesas, como o “Regimento do Monteiro-Mor” de 1605, que estabeleciam o controle da coroa sobre os bosques a fim de preservar a fauna e a flora. Ele também deveria espelhar a experiência dos outros países europeus, onde “os homens mais inteligentes e os governos mais iluminados” estavam decretando a conservação dos bosques para garantir a segurança militar e política.

O eixo das críticas de Silva Lisboa dirigia-se aos cortadores, que sempre lucraram com “as madeiras que tiravam das matas dos índios e particulares” e que não aceitavam privar-se “das vantagens que sua ambição e interesses prometiam”. É também para os proprietários locais, através da reflexão que se o país continuasse aceitando a agricultura por eles promovida, baseada “na derrubada das matas grossas”, ficaria para sempre “em estado análogo ao dos povos nômades” (Lisboa, 1800). Apesar da eloquência dos seus argumentos, no entanto, os esforços do magistrado não foram bem sucedidos. Com a saída de Sousa Coutinho do Ministério, em 1801, ele perdeu a sua

principal base de apoio político, tendo que reduzir radicalmente a intensidade das suas propostas conservacionistas.

A história da defesa das florestas no Brasil colonial, no entanto, não terminou com este episódio. Neste artigo mencionamos apenas um número limitado de personagens e situações do final do século XVIII, que permitem vislumbrar a riqueza do debate. Ao longo do século XIX, as vozes contrárias à destruição das florestas, por sua vez, continuaram a se manifestar de múltiplas maneiras. Em um trabalho mais completo, no livro “Um Sopro de Destruição”, analisei a obra de cerca de 50 autores brasileiros que, do final do século XVIII ao final século XIX, no contexto da crise da ordem colonial e da difícil construção de uma ordem pós-colonial, criticaram duramente o desflorestamento, a erosão dos solos, a degradação climática, a extinção de espécies e outros elementos que costumamos associar à agenda ambiental contemporânea (Pádua, 2002). Os escritos destes autores brasileiros, que certamente possuem equivalentes em diferentes países latino-americanos, servem como documento para diversos tipos de investigação histórica. Eles são importantes, por exemplo, como fonte de informação sobre a evolução dos problemas ambientais concretos em diferentes regiões do país. No sentido mais amplo da história das idéias, no entanto, eles constituem importante material de análise para um melhor entendimento do lugar do Brasil, e da América Latina, na formação de uma sensibilidade crítica sobre a destruição ambiental, e mais especificamente florestal, no mundo moderno.

As constantes trocas de informação entre os eruditos e as academias de ciências da Europa e de outras regiões, na dinâmica de formação de uma ciência com pretensões universais, configuraram um lugar privilegiado para estes desenvolvimentos. O trabalho dos intelectuais que atuavam na periferia colonial e pós-colonial, neste contexto, adquiriu uma relevância considerável e, até mesmo, uma preeminência perceptiva (se aceitarmos as teses de Grove).

É verdade que outros analistas, trabalhando com premissas diferentes das de Grove, têm argumentado que as origens da crítica ambiental não foram necessariamente coloniais, já que ela também vinha se desenvolvendo na própria Europa desde o século XVII. A necessidade de conservar as florestas como estoques de madeira para as necessidades das potências européias, inclusive no plano bélico, e constatação do impacto destrutivo da ação humana sobre alguns espaços complexos daquela região, especialmente a cadeia dos Alpes, vêm sendo apontados como momentos importantes na formação dessa crítica (Glacken, 1967 e Freeman, 1994).

A questão essencial, no entanto, além da polêmica algo sectária sobre as origens coloniais ou européias da crítica à destruição ambiental –até porque as trocas intelectuais foram tão regulares que impossibilitam o estabelecimento de uma fronteira tão definida entre ambos os pólos– é a de a evolução desta crítica, ao contrário do que desejam alguns, não pode ser considerada como uma resposta exó-

gena, tardia e regressiva ao mundo moderno. Ao contrário, ela é um fruto deste mesmo mundo, uma resultante interna das suas dinâmicas históricas planetárias, uma herdeira das suas revoluções científicas. A crítica ambiental desenvolveu-se, e de certa forma continua a se desenvolver, como um questionamento endógeno ao universo da modernidade ou, melhor dizendo, a alguns dos padrões possíveis no avanço deste universo.

Bibliografia

- ANTONIL, André João, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* [1711], São Paulo, Melhoramentos, 1976.
- ASSUNÇÃO, Paulo de, *A Terra dos Brasis: A Natureza da América Portuguesa vista pelos primeiros Jesuítas*, São Paulo, Annablume, 2001.
- CAMINHA, Pero Vaz de, *Carta a El Rey Dom Manuel*, Rio de Janeiro, Editora Sábia, 1968.
- COUTINHO, Rodrigo de Sousa, “Ofício de 24 de Novembro a Manoel Ferreira da Câmara, que vai para a Bahia, dando-lhe S. Majestade diversas missões a cumprir”, Rio de Janeiro, Manuscrito do Arquivo Nacional, Códice 807, Vol 1, 1800.
- COUTO, José Vieira, “Memória sobre a Capitania de Minas Gerais” [1799], em: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 11, 1848.
- CROSBY, Alfred, *Ecological Imperialism: The Biological Expansion of Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- DEAN, Warren, *À Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- FOX, Stephen, *The American Conservation Movement: John Muir and His Legacy*, Madison, University of Wisconsin Press, 1981.
- FREEMAN, J., “Forest Conservancy in the Alps of Dauphiné, 1287-1870”, em: *Forests & Conservation History*, Vol. 38, No. 4, 1994.

GLACKEN, Clarence, *Traces on the Rhodian Shore*, Berkeley, Berkeley University Press, 1967.

GROVE, Richard, *Green Imperialism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no Descobrimto e Colonização do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1959.

LISBOA, Baltasar da Silva, “Crítica à Refutação do Plano dos Cortes de Madeira”, em: *Manuscrito da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, No. II – pp. 34,3,36, 1800.

NAVARRO, José Gregório de Moraes, *Discurso sobre o Melhoramento da Economia Rústica no Brasil*, Lisboa, 1799.

PÁDUA, José Augusto, *Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e, “Ensaio de Descrição Física e Econômica da Comarca dos Ilhéus na América”, em: *Memórias Econômicas*, Volume I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1990 [1789].

SOUZA, Paulo F. de, *Legislação Florestal*, 1a Parte: *Legislação Histórica 1789-1889*, Rio de Janeiro, Ministério de Agricultura, 1934.

TURNER, Frederick, *Beyond Geography: The Western Spirit Against the Wilderness*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1986.

VANDELLI, Domingos, “Memória sobre a Agricultura deste Reino e de suas Conquistas” [1789a], em: *Memórias Econômicas*, Volume I, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1990.

—————, “Memória sobre Algumas Produções Naturais deste Reino” [1789b], em: *Memórias Econômicas*, Volume I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1990.

VASCONCELLOS, Simão de, “Notícias Curiosas e Necessárias das Coisas do Brasil” [1668], em: *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*, Petrópolis, Editora Vozes, 1977.

WIENER, Martin, *English Culture and the Decline of the Industrial Spirit*, London, Penguin, 1981.